Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

ENSINO DE GEOGRAFIA E A LEI 10.639/2003 EM TEMPOS DE REFORMAS CURRICULARES

Nadja Araujo da Silva
nadjapim08@gmail.com

Graduada em Geografia e Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Diretora Municipal de Cultura de Serrolândia/Bahia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6313-1110

Ivaneide Silva dos Santos
issantos@uneb.br

Doutora em Geografia e Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV. Professora da Secretaria de Educação da Bahia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5255-0608

RESUMO

Passados vinte e um anos da promulgação da Lei 10.639/03, que marcou uma mudança significativa na educação brasileira, se faz cada vez mais urgente a obrigatoriedade de incluir a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, sobretudo com as recentes reformas curriculares na Educação Básica, visto a necessidade de construção de uma abordagem educativa mais inclusiva, e que promova justiça social e práticas cidadãs contra o racismo e demais formas de discriminação. Assim, este artigo é fruto de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que buscou analisar como os professores de Geografia do Ensino Médio abordam as contribuições dos povos africanos na constituição da sociedade brasileira, visando promover uma educação geográfica mais inclusiva e antirracista. A pesquisa ocorreu no Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, com a utilização da metodologia qualitativa e exploratória no ano de 2024. Aplicamos questionários com professores de Geografia e alunos da referida instituição, análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os demais projetos educacionais da escola, que abordam as dinâmicas geográficas africanas e afro-brasileiras. Realizamos também pesquisa bibliográfica para embasar o trabalho. Os resultados da pesquisa revelam que há limitação referente à inserção de temas relacionados a história e cultura afro-brasileira nos documentos curriculares da instituição de ensino pesquisada, a exemplo do PPP, causando uma disparidade entre o que é apresentado no documento e as propostas e práticas de ensino que são realizadas em sala de aula pelos professores de Geografia, o que demonstra a fluidez no currículo escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia; Lei 10.639/2003; Educação antirracista; Ensino Médio.

TEACHING GEOGRAPHY AND LAW 10.639/2003 IN TIMES OF CURRICULAR REFORMS

ABSTRACT

Twenty-one years after the enactment of Law 10.639/03, which marked a significant shift in Brazilian education, the imperative to incorporate Afro-Brazilian and African history and culture into school curricula has become increasingly urgent. This necessity is particularly pronounced in light of recent curriculum reforms in Basic Education, which highlight the need for constructing a more inclusive educational approach that promotes social justice and civic practices against racism and other forms of discrimination. This article is the result of a research project conducted as part of a Course Completion Thesis (TCC), which aimed to analyze how high school Geography teachers address the contributions of African peoples to the formation of Brazilian society, with the goal of fostering a more inclusive and anti-racist geographic education. The research was conducted at the Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, utilizing qualitative and exploratory methodologies in 2024. We administered questionnaires to Geography teachers and students from the institution in question, analyzed documents such as the Political Pedagogical Project (PPP) and other educational projects of the school, which address African and Afro-Brazilian geographical dynamics. We also conducted bibliographic research to support the work. reveal that there is a limitation regarding the insertion of themes related to Afro-Brazilian history and culture in the curricular documents of the researched educational institution, such as the PPP, causing a disparity between what is presented in the document and the teaching proposals and practices that are carried out in the classroom by Geography teachers, which demonstrates the fluidity in the school curriculum.

KEYWORDS

Geography Education; Law 10.639/2003; Anti-Racist Education; High School.

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA Y LA LEY 10.639/2003 EN TIEMPOS DE REFORMAS CURRICULARES

RESUMEN

Veintiún años después de la promulgación de la Ley 10.639/03, que marcó un cambio significativo en la educación brasileña, la obligación de incluir la historia y la cultura afrobrasileña y africana en los planes de estudios escolares se vuelve cada vez más urgente, especialmente con las recientes reformas curriculares en la Educación Básica, dada la necesidad de construir un enfoque educativo más inclusivo que promueva la justicia social y prácticas cívicas contra el racismo y otras formas de discriminación. De esta manera, este artículo es el resultado de una investigación de Trabajo de Terminación de Curso (TCC), que buscó analizar cómo los profesores de Geografía de Enseñanza Media abordan las contribuciones de los pueblos africanos, en la constitución de la sociedad brasileña, con el objetivo de promover una educación geográfica más integral inclusivo y antirracista. La investigación tuvo lugar en el Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, utilizando metodología cualitativa y exploratoria en el año 2024. Se aplicaron cuestionarios a docentes

y estudiantes de Geografía de esa institución educativa, analizamos documentos como el Proyecto Político Pedagógico (PPP) y el otros proyectos educativos en la escuela, que abordan las dinámicas geográficas africanas y afrobrasileñas. También realizamos una investigación bibliográfica para sustentar el trabajo. Los resultados de la investigación revelan que existe una limitación en cuanto a la inclusión de temas relacionados con la historia y la cultura afrobrasileña en los documentos curriculares de la institución, como el PPP, provocando una disparidad entre lo que se presenta en el documento y las propuestas y prácticas docentes que se realizan en el aula por profesores de Geografía, lo que demuestra la fluidez en el currículo escolar.

PALABRAS CLAVE

Enseñanza de Geografía; Ley 10.639/2003; Educación antirracista; Escuela secundaria.

Introdução

A Geografia escolar constitui-se como uma ferramenta para estudar as relações existentes no espaço geográfico, agindo diretamente na formação crítica e cidadã dos educandos. Porém, é necessário pensar em como ocorre o percurso formativo dos alunos e as abordagens utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo diante das reformas curriculares brasileiras, especificamente no Ensino Médio, que têm atacado diretamente o ensino de Geografia e apontam desafios como: a conciliação das diretrizes nacionais com as realidades locais, redução de carga horária da disciplina e consequentemente a redução dos conteúdos, dificultando um ensino mais aprofundado e promovendo uma descaracterização da educação geográfica.

No que se refere a Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", a qual aponta um avanço significativo para pensar uma educação inclusiva e diversificada, e promover uma reflexão sobre as questões de identidade, raça e história no contexto escolar, as reformas curriculares, especialmente a implementação do Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podem ser vistas como obstáculos para o alcance desses objetivos.

Embora o Brasil seja um país com um grande contingente populacional de descendentes africanos fora da África, ainda existem lacunas significativas no reconhecimento da influência desses povos. Tais lacunas poderiam ser superadas por meio de uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais, culturais e históricas que persistem na sociedade brasileira, sobretudo do apagamento das contribuições desses povos nas diversas áreas do conhecimento, inclusive da Geografia.

Diante dessa problemática, a questão norteadora da pesquisa foi: como a Lei 10.639/03 está sendo operacionalizada na disciplina de Geografia do Ensino Médio, no Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, a partir das recentes reformas curriculares? Considerando que o ensino da Geografia desponta como possibilidade de compreensão das dinâmicas geográficas desse continente, permitindo outro olhar sobre a África a partir das práticas educacionais, o objetivo do presente estudo foi analisar como os professores de Geografia do Ensino Médio abordam as contribuições dos povos africanos na constituição da sociedade brasileira, visando promover uma educação geográfica mais inclusiva e antirracista. Objetivamos também compreender como ocorreu o percurso histórico dos movimentos negros do Brasil e os desafios da Lei 10.639/2003 para a promoção de uma educação geográfica, bem como propor práticas de ensino em Geografia por uma educação antirracista.

A escolha do tema e lócus de pesquisa, se deu por este colégio ter sido o espaço de formação do Ensino Médio e também de atuação profissional das pesquisadoras, e por perceber que seu estudo foi marcado por hiatos referentes a tal discussão, já que, na formação acadêmica identificamos o quanto o ensino de Geografia pode potencializar, a partir das referências sobre as características de um continente, nossas origens étnicas, históricas, e formação social brasileira. Vale salientar que, a experiência nas disciplinas de Geografia da África e de História e cultura afro-brasileira e indígena, ministradas no curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV (Jacobina) no ano de 2021, também despertou interesse pelo estudo, pois diversas discussões sobre temáticas negras no ensino de África foram tencionadas pelos professores destas disciplinas.

A pesquisa é de abordagem metodológica qualitativa de cunho exploratório de carater propositivo. Para Gil (2002, p. 42), "a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar familiaridade com o problema, bem como o aprimoramento de ideias". Com base no pensamento do autor, foram aplicados questionários impressos com questões semiestruturadas aos professores de Geografia e alunos líderes[1] de turmas em outubro de 2024. Foi analisado o Projeto Político Pedagógico-PPP e o material didático de apoio, como os livros didáticos e os projetos desenvolvidos na instituição de ensino, que abordam as temáticas de África. Desta forma, a pesquisa visa contribuir com os estudos que envolvam o ensino da Geografia e suas pluralidades, permitindo a construção de saberes africanos e afro-brasileiros, para além dos estigmas e estereótipos,

[1] Os alunos líderes de turmas são escolhidos pela própria turma, através de eleição democrática para que estes sejam os interlocutores entre a gestão escolar e a turma na tomada de decisões inerentes à comunidade escolar.

rompendo com o eurocentrismo e reposicionando o povo negro e as relações raciais no mundo da educação escolar.

O trabalho está organizado em três seções, sendo que na primeira traçamos um percurso histórico da importância dos movimentos negros para a consolidação da Lei 10.639/2003, e os desafios desta referida lei para a educação geográfica. Em seguida, apresentamos uma discussão sobre o ensino de Geografia da África no Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, com base nos resultados dos questionários dos participantes da pesquisa. Na seção seguinte apresentamos proposições didático-pedagógicas para trabalhar questões afro-brasileiras nas aulas de Geografia. E por fim, as considerações finais, que reforçam a importância da pesquisa para refletirmos sobre as limitações curriculares e as possibilidades de utilização de práticas que auxiliem na dinamização da construção de conhecimento, bem como contribuir com a efetivação da Lei 10.639/2003.

Percurso histórico e desafios da Lei 10.639/2003 para a educação geográfica

Para traçarmos os caminhos que levaram à implementação da Lei 10.639/2003, consideramos prioritariamente uma reflexão sobre as contribuições dos movimentos negros que lutaram pela conquista de marcos legais que proporcionam instrumentos de organização e mobilização para a garantia de direitos e uma vida mais digna para os povos afro-brasileiros. Destacamos também o papel da educação escolar enquanto agente de transformação social e espaço privilegiado para promover sensibilização e valorização da cultura afro-brasileira, sob a ótica da superação e da invisibilidade a partir das contribuições históricas e culturais.

Para Gomes (2019), o movimento negro pode ser considerado como um sujeito coletivo composto de várias entidades, grupos, núcleos, um ator político que produz discursos, constrói e sistematiza saberes emancipatórios produzidos pelos negros(as) ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira. O movimento negro no Brasil pode ser visualizado a partir de diversos momentos simbólicos no país, o que nos remete ao processo histórico de colonização, escravização e de resistência, considerando as diversas formas de fugas, revoltas, e negociações para a obtenção de carta de alforria, como também o processo de formação de quilombos (Gomes, 2011).

Gomes (2011) aponta também a Frente Negra Brasileira, que foi uma associação de caráter político, recreativo, e beneficente, com surgimento na pós abolição e que

visava a promoção da educação e entretenimento dos seus membros, com destaque importante a criação de escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos.

Outro movimento de referência foi o Teatro Experimental Negro (TEN), que objetivava a valorização social do negro, elencando as esferas da educação, cultura e arte, com destaque para a ação de promover o processo educacional por meio da alfabetização, pensando, sobretudo, na transformação qualitativa da interação social entre negros e brancos por meio da arte (Nascimento, 2004). Nesse período, e com as diversas tensões que o país vinha passando, no que se refere à pressão para a extinção da ditadura militar no final da década de 1970, os movimentos assumem processos de reorganização, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), que segundo Gomes (2011, p.141) é "[...] uma entidade em nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerado como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileiro". A autora acrescenta que a partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no movimento negro, uma outra vertente é consolidada, que é a organização do movimento negro a partir das mulheres negras e que fazem uma importante articulação até os dias atuais com as mulheres latino-americanas.

Por conseguinte, o movimento contemporâneo que, ao contrapor o mito da democracia racial e trazer no seu âmago a educação como elemento chave, tensiona a reavaliação do papel dos negros na história do Brasil, conforme destacado na carta de princípios do Movimento Negro Unificado, dando origem ao primeiro movimento negro contemporâneo brasileiro, o "Grupo Palmares". Esse grupo, em seu processo inicial, buscou evidenciar a contribuição das populações negras na formação da sociedade brasileira, contrapondo-se ao ideal de protagonismo atribuído à princesa Isabel, vista como a rainha que libertou os escravos (Pereira, 2012).

Outro marco fundamental para a educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 (Brasil, 1996), em seu Art. 26, § 4°, menciona que "o ensino de história do Brasil considerará as contribuições das diversas culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das raízes indígena, africana e europeia" (Brasil, 1996, p. 10).

Percebemos, então, o quanto tais movimentos foram e são de suma importância na construção da identidade étnico-racial do povo preto no Brasil, sobretudo pelo seu papel de articulação das estratégias coletivas, com o intuito de torná-los protagonistas de uma sociedade que a todo momento nega os direitos políticos, econômicos e sociais. No campo da educação, por exemplo, Araujo (2020) aponta que:

> Ao mesmo tempo em que denunciam o racismo e a situação marginal em que os(as) negros (as) se encontram no país, as organizações que compõem o movimento negro brasileiro, ao longo do século XX aos dias de hoje, tem elaborado e coordenado políticas afirmativas de inclusão, reparação, valorização, e respeito a diversidade étnica e cultural. Também tem colocado em prática projetos educacionais na perspectiva multicultural e antirracista, com isso fazendo o diferencial na reivindicação e efetivação de uma educação para todas as pessoas. Para tanto, fundou escolas comunitárias, cursos pré-vestibular e de extensão pedagógica; desenvolve trabalhos paralelos juntos às escolas, debates, seminários, encontros, congressos, pesquisas dentro das universidades. Atividades culturais, assim como a ocupação de espaços em diferentes esferas da sociedade civil, do setor público e do privado (Araujo, 2020, p. 3).

O excerto do autor revela que as mudanças sociais identificadas no campo das políticas sociais e educacionais trazem à tona um importante debate em torno do campo de políticas afirmativas, a exemplo da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, nos currículos do ensino Fundamental e Ensino Médio, das escolas públicas e privadas do país. Neste contexto, no ensino de Geografia é de suma importância a abordagem de conteúdos que tenham como centralidade a cultura da população negra, reconhecendo estes povos como sujeitos de transformação do espaço geográfico e, portanto, formadores de espacialidades e territorialidades, demarcados pela ancestralidade africana. Cabe aqui refletirmos sobre os sentidos da ciência geográfica dentro da sala de aula, considerando que a mesma contribui para a formação humana, constituindo referência para a inserção do indivíduo no mundo, em seus espaços de socialização (Santos, 2007).

A escola, enquanto espaço formativo, tem como um de seus princípios a construção de uma sociedade que promova a superação das injustiças sociais e das desigualdades no país. Nesse sentido, é fundamental que o ensino de Geografia esteja orientado por dimensões geográficas que compreendam e valorizem a construção da espacialidade negra, evidenciando a contribuição dos povos africanos na formação da paisagem urbana e rural brasileira, a análise da diversidade territorial e as formas de vivência e ocupação dos espaços. A realização destas práticas ocorre por meio de uma educação geográfica que, segundo Callai (2014, p. 18), contribui para:

> […] construir uma forma geográfica de pensar, que seja mais ampla, mais complexa, e contribua para a formação dos sujeitos, para que estes realizem aprendizagens significativas e para que a Geografia seja mais do que mera ilustração.

Dessa forma, ao realizar uma aprendizagem significativa, valorizando a espacialidade negra no Brasil, abre-se espaço para dialogar com a Geografia da África, e compreender as raízes históricas e culturais que conectam esses territórios, reforçando a

importância de reconhecer a diversidade africana e suas influências na formação dos espaços brasileiros, assim como nas práticas cotidianas dos jovens aprendizes.

A Geografia da África no Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia: um olhar para as práticas docentes

O Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia (CETIS), é uma instituição de ensino pública de porte especial com atendimento para mais de 500 alunos, localizada no Território de Identidade Piemonte da Diamantina, na cidade de Serrolândia, no estado da Bahia. Segundo o Sistema Integrado de Gestão da Educação (2024), atualmente este colégio oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos - Tempo Formativo II: Terceiro Segmento; Educação de Jovens e Adultos – Tempo juvenil: Terceiro Tempo; Educação Especial; Técnico em Meio Ambiente-Ensino Médio Integrado; Ensino Médio em tempo integral e o Novo Ensino Médio. A escola possui um quantitativo de 6 professores que atuam com a disciplina de Geografia, e que estão distribuídos nessas modalidades.

Para falar do ensino de Geografia da África no CETIS a análise dos documentos balizadores da instituição foi fundamental, pois por meio destes, é possível ter um panorama das referências de ensino adotadas pela unidade de ensino e de como as ações pedagógicas são organizadas pela comunidade escolar. De acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2019, em consonância com o regimento escolar de 2011, a estrutura curricular do CETIS contempla elementos que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma parte diversificada, além de projetos e programas interdisciplinares e eletivos que propõem o estudo de temas relevantes da vida cidadã, como saúde, meio ambiente, trabalho, ciência, tecnologia, sexualidade, vida familiar, cultura e linguagens.

Ancorado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o PPP da escola propõe uma composição curricular pautada em áreas do conhecimento, se estruturando a partir dos princípios de trabalho: princípio educativo, pesquisa: princípio pedagógico, Direitos Humanos: princípio norteador e sustentabilidade socioambiental como meta universal. Dimensões: Trabalho Ciência Cultura e Tecnologia como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas. Em tempos de reformas curriculares, a importância de incluir a história e cultura afro-brasileira, conforme a Lei 10.639/03, pode ser vista como uma oportunidade para fortalecer esses eixos integradores, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa das

contribuições dos povos afro-brasileiros, pois não apenas amplia a compreensão sobre o espaço geográfico, como também promove uma reflexão sobre as desigualdades sociais e raciais ainda presentes no Brasil.

Para Albuquerque e Teles (2021), o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica trata-se de uma decisão política, que diz respeito a todos os brasileiros preocupados em construir uma educação democrática. Contudo, ao analisar o PPP (2019) do CETIS, foi notório que o documento apresenta lacunas no que se refere às leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008, não mencionando de que forma a instituição atende as demandas legais e sociais de uma educação plural, já que estas leis versam sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas do ensino Fundamental e Médio. No documento analisado, a única referência às questões que envolvem discussões afro-brasileiras ou africanas, são os projetos pedagógicos, a exemplo do projeto intitulado "Café filosófico", que traz temas em suas edições como promoção da igualdade racial e afrodescendência no Brasil.

Embora a escola não traga de forma objetiva em seu PPP as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ao analisar os documentos como atas de 2017 a 2024, período em que ocorreram mudanças no cenário educacional brasileiro, com a implementação da BNCC, assim como os projetos pedagógicos da escola, ficou evidente uma preocupação da comunidade escolar em abordar essas questões, as quais podem ser identificadas em projetos com temáticas como: "A coisa tá ficando preta: E eu tenho Espaço?", realizado em 2017 em parceria com os alunos do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade do Estado da Bahia Campus – IV; e o projeto intitulado "Consciência Negra- Educação é transformação: O amor não tem cor". Este último projeto apresentou em seu escopo as possibilidades e sugestões de trabalhar atividades nas diversas áreas de conhecimento. Neste sentido, concordamos com Nunes e Araújo (2020), ao tratarem dos discursos de currículos, que o currículo não deve ser algo monolítico e estático, e sim como um artefato social que possui fluidez e flutuações, conforme percebido pelas práticas docente dos professores do CETIS ao possibilitarem a construção de conhecimentos sobre as questões afro-brasileiras.

Nos questionários realizados com professores e alunos do CETIS, procuramos saber como está ocorrendo o ensino de Geografia da África e consequentemente a operacionalização da Lei 10.639/03. Vale salientar que os critérios para escolha dos professores foram: o(a) professor(a) com maior tempo de experiência na instituição, o(a) professor(a) de Geografia mais jovem na instituição; e um(a) professor(a) que atuassem

nas mais diversas modalidades de ensino, tendo em vista uma maior quantidade de carga horária, totalizando um universo de 3 participantes. A escolha da participação dos alunos foi a partir da indicação da direção escolar, nesse caso, foram escolhidos os representantes (líderes de turmas) da 1ª a 3ª série, na modalidade de tempo integral e técnico em meio ambiente. Desta forma, com base nos critérios de pesquisa, participaram 3 professores, sendo dois do sexo feminino e um do sexo masculino; e 3 alunas.

Embora o trabalho não tenha sido submetido ao Comitê de Ética da universidade, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e para manter a integridade dos participantes, conforme leis referentes à pesquisa com seres humanos (Resolução CNS 510/2016, que regula pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024), além de preservação de identidade, utilizamos as letras X, Y e Z para identificação dos professores, e para identificação das alunas as letras A, B e C.

Embora a promulgação da Lei 10.639/2003 tenha ocorrido há mais de 20 anos e muitos avanços tenham acontecido, algumas questões são evidenciadas nas falas dos professores, no que se refere as formações ou cursos no decorrer da docência, direcionadas para as discussões afro-brasileiras. Verificamos aspectos divergentes nas respostas dos professores participantes, referente a formação que contempla a Lei 10.639/03, os professores X e Z responderam:

> *Não lembro de ter participado.* (Professora X– questionário respondido em 15 de outubro de 2024).
> *Não. No entanto sempre faço leituras sobre o assunto.* (Professor Z– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Já a professora Y apresentou uma opinião diferente dos demais participantes ao afirmar que:

> *Sim, além de alguns cursos fiz uma especialização em "História e Cultura Afro Brasileira", com duração de 580 horas onde foram abordadas todas as questões referentes ao ensino das referidas leis, além de todo o histórico dos povos africanos e sua importância na formação da população brasileira. Y* (Professora Y– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Ao fazer um comparativo entre as falas dos professores, podemos perceber que os que apresentam menos tempo de serviço na instituição, como no caso dos professores X e Z, não participaram de processos formativos relacionados à implementação da Lei 10.639/03, isso pode resultar em uma menor familiaridade com os conteúdos e práticas

pedagógicas voltadas à história e cultura afro-brasileira e africana nas aulas de Geografia. Por outro lado, analisando a fala da professora Y verificamos que a partir da experiência e acesso a formações sobre a temática em tela, ela possivelmente pode demonstrar mais assertividade na abordagem desses temas em sala de aula.

A análise dos documentos disponibilizados pela escola, constatou que, embora a lei tenha sido criada com o objetivo também de superar o racismo e as diferenças no espaço escolar e na sociedade, alguns desafios são colocados em evidência, como a carência de formações continuadas, que dificulta uma abordagem que permita superar lacunas na formação inicial e trabalhar de forma crítica a história e a cultura afro-brasileira. Um outro desafio são as abordagens em momentos pontuais, como projetos ou atividades específicas ligadas ao dia ou mês da consciência negra, por exemplo. Sobre essa questão, os professores X e Z relataram referente a inserção dos aspectos da história e cultura afro-brasileira abordados nos temas geográficos em suas práticas, apontando que ocorre:

> *De maneira transversal nos temas que trabalhamos em sala de aula, um exemplo que posso citar é que ao abordar a formação do território brasileiro e o desenvolvimento das regiões econômicas, busquei destacar o papel dos povos africanos trazidos como escravizados e sua contribuição nesse desenvolvimento. Aproveitei e falei sobre as comunidades quilombolas e assistimos o documentário "Vida no sertão! A realidade do Quilombo do Coqueiro, em Mirangaba, Bahia", após o vídeo foi realizada uma roda de conversa com os alunos, o que foi bastante interessante, pelo fato de muitos conhecerem o município em que está localizada essa comunidade, conversamos sobre os aspectos apresentados no vídeo, que eram a culinária, a agricultura familiar e tradições desses povos* (Professora X– questionário respondido em 15 de outubro de 2024).

> *Faço as conexões entre a diversidade cultural e as dinâmicas espaciais e socioeconômicas que envolvem a população negra, hoje tipificada como "afrodescendente". Explico a Distribuição Populacional ao abordar o tema da urbanização e a distribuição populacional no Brasil, discuto como a população afro-brasileira, historicamente marginalizada, que encontrou refúgio em certas regiões urbanas, chamadas "Favelas" depois denominada "Comunidades" e hoje voltando a ser chamada "Favela" formando as periferias das grandes cidades, criando a segregação espacial. Isso permite conectar a história da escravidão e os desafios enfrentados após a abolição que ocorrera de forma conturbada modificando significativamente o espaço urbano contemporâneo* (Professor Z– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Os excertos dos professores, destacam uma similaridade, a partir da abordagem das temáticas que tratam a questão da população negra no Brasil, estabelecendo conexões históricas e sociais, inclusão da temática racial de forma integrada às práticas pedagógicas, enfoque nas contribuições para a sociedade brasileira, além da conexão com o cotidiano dos alunos, trazendo a urbanização e as comunidades quilombolas como assuntos que permitem uma compreensão da realidade socioeconômica e espacial

da população negra, suas lutas históricas e os desafios contemporâneos em busca de igualdade e reconhecimento social. Para a professora Y, a inserção da temática perpassa a sala de aula, evidenciando uma proximidade com a temática também nas vivências pessoais.

> *Essa temática faz parte do meu cotidiano tanto em sala de aula, quanto na minha vida pessoal. Trabalho a temática na maioria dos conteúdos trabalhados, uma vez que não tem como falar de população, urbanização, desenvolvimento, crescimento das cidades etc., sem mencionar a situação de mazelas e também da ascensão do povo negro* (Professora Y– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Sobre as respostas dos professores X e Z observamos uma abordagem comum referente à questão da população negra no Brasil, com ênfase nas conexões históricas e sociais. Ambos integram a temática racial às práticas pedagógicas, destacando as contribuições da população negra e trazendo discussões sobre urbanização e comunidades quilombolas. Já na resposta da professora Y há uma aproximação pessoal, refletindo uma vivência mais íntima com a temática, o que fortalece sua abordagem pedagógica e torna o currículo escolar um sistema de significação de sentidos outros que valoriza o que é produzido pelos sujeitos fora do espaço escolar (Nunes e Araújo, 2020).

Vale salientar que os questionários realizados com as alunas as mesmas revelaram que os professores de Geografia de fato trabalham com tais objetos de conhecimento em sala de aula. Segundo os alunos, os conteúdos trabalhados são: A Formação do povo brasileiro e análise da miscigenação, além de uma sociedade brasileira formada a partir das contribuições das culturas afro-brasileiras, dando destaque à formação do estado da Bahia. Isso pode ser evidenciado nos trechos a seguir:

> *A partir da utilização da cartografia porém discute de forma superficial* (Aluna A– questionário respondido em 23 de outubro de 2024).

> *No decorrer dos anos foram feitas discussões em sala a respeito da importância da história e cultura afro-brasileira para além da culinária, danças e que após as discussões em sala de aula, percebe-se a importância desses povos na formação do Brasil* (Aluna B– questionário respondido em 23 de outubro de 2024).

As respostas das alunas revelam diferentes níveis de compreensão sobre a inclusão da história e cultura afro-brasileira nas aulas de Geografia. A aluna A destaca que a temática é abordada de forma superficial, com foco em cartografia. Já a aluna B menciona que, embora a abordagem vá além da culinária e danças, ainda há um foco na importância cultural, sem explorar profundamente as contribuições sociais e históricas dos afro-brasileiros. Ambas as respostas indicam que é necessário ampliar a abordagem

do tema, a partir do aprofundamento de discussões para garantir uma compreensão mais crítica. Vale salientar que a Aluna C não respondeu ao questionamento.

Para alguns autores como Guimarães (2018), ao garantir a Lei 10.639/2003 nos espaços educacionais, resguardou-se a participação negra na construção da sociedade brasileira, reconhecendo e valorizando suas contribuições históricas e culturais. A lei expandiu a responsabilidade de educar toda a população brasileira sobre a importância da cultura afro-brasileira. Essa abordagem, ao ser implementada nas escolas, permite que os estudantes compreendam a formação da espacialidade brasileira, considerando a presença e a resistência da população negra, que perpassa as discussões de suas contribuições apenas de cunho cultural, como músicas, comida e danças, assim, ao analisarmos as respostas das participantes, verificamos que as aulas de Geografia promovem a aprendizagem dos conteúdos geográficos das mais variadas formas, suscitando nos alunos o desenvolvimento de uma educação geográfica que permita o entendimento do papel dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

Ao nos referirmos sobre a utilização das linguagens como música, teatro, cinema, literatura como possibilidade para trabalhar questões afro-brasileiras e africanas na sala de aula foi identificado que os professores utilizam filmes, músicas, literatura, entre outras linguagens. Segundo os participantes,

> *[…] é preciso trabalhar utilizando recursos que chamem a atenção e sensibilize os alunos, uma vez que existe uma grande diferença entre o discurso e a prática. Pensando na sensibilização costumo usar principalmente filmes baseado em fatos reais, em seguida fazemos uma roda de conversa para ter ideia do que ficou de fato em termo de consciência crítica. Agora por exemplo, estou trabalhando com o filme "12 anos de escravidão" para eles terem noção do que o povo negro passou diante desse crime irreparável que foi a escravidão* (Professora X– questionário respondido em 15 de outubro de 2024).

> *[...] já usei o documentário "Vida no sertão! A realidade do Quilombo do Coqueiro, em Mirangaba, Bahia" e gosto de usar músicas e discutir com os alunos sobre a letra, um exemplo que já usei foi a música "Quilombo, O Eldorado Negro" de Gilberto Gil, que trata da luta dos quilombolas e da importância da resistência negra, ouvimos a canção e depois conversamos sobre o que ele apresenta* (Professora Y– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Os excertos evidenciam que há uma similaridade na resposta dos professores quanto ao uso de recursos audiovisuais (filmes, documentários e músicas) como ferramentas pedagógicas para sensibilizar os alunos e promover uma consciência crítica sobre temas relacionados à população negra. Além disso eles utilizam momentos de diálogos para explorar as percepções dos alunos e aprofundar o entendimento sobre

questões históricas e culturais, como a escravidão e a resistência negra. Já o Professor Z apresenta outras propostas de ensino realizados por pessoas negras, ao afirmar que:

> *[…] somente a música feita e interpretada por negros, já o teatro, cinema e literatura é escassa as produções feitas por negros, pois, a elite, hipoteticamente branca dominante, suprimia esta cultura, que hoje mesmo sofrendo com o racismo estrutural, está se impondo, estando ocupando espaços outrora dominado por não negros* (Professor Z– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

Os excertos dos participantes da pesquisa revelam que o ensino da Geografia a partir da utilização de diversas linguagens, possibilita uma compreensão do conteúdo tornando-o mais atrativo e contextualizado para os alunos, aproximando-os da sua realidade. Esta afirmação se evidencia na fala de Nunes, Santos e Maia (2018. p.31), quando apontam que a "[...] literatura, o cinema e outras formas de expressões artísticas são linguagens úteis, pois possibilitam trabalhar com os espaços vividos dos alunos: a casa, o lugar de trabalho, a praça, a rua etc.".

No que se refere à importância da cartografia para tratar das questões afro-brasileiras no ensino de Geografia, isso fica evidenciado nas falas das alunas participantes da pesquisa ao afirmarem que no ensino dos conteúdos sobre questões afro-brasileiras foram utilizados materiais cartográficos como mapas e globo para discutir sobre os povos quilombolas, e as regiões brasileiras. Por ser uma área do conhecimento utilizada para representar graficamente o espaço, a cartografia pode discutir questões africanas e afro-brasileiras a partir da representação do espaço em suas dimensões culturais, sociais e históricas. Podemos por meio dos mapas, por exemplo, discutir questões como diáspora africana, distribuição dos povos africanos sobre o território brasileiro, estudo sobre populações tradicionais, bem como dialogar criticamente sobre desigualdades socioespaciais, disputas territoriais e realidades urbanas que afetam a população negra, entre outras temáticas, utilizando elementos visuais e analíticos.

Ao discutir sobre os desafios para a integração das temáticas africanas e afro-brasileiras no conteúdo geográfico, foi perceptível nas respostas dos professores questões similares. A professora X apontou questões que envolvem o preconceito ou estereótipos já enraizados, que muitos alunos reproduzem sem perceber, e nos momentos em que isso acontece, ela tenta mostrar a eles que não devemos reproduzir algumas falas de cunho preconceituoso e racista. A participante também menciona outro desafio que é "[…] a carga horária do componente de Geografia, as vezes poderíamos debater mais sobre algumas temáticas, porém o tempo acaba sendo curto

demais" (Professora X– questionário respondido em 15 de outubro de 2024).

A professora X destaca a reprodução dos preconceitos e estereótipos por parte dos alunos, tentando conscientizá-los de forma pacífica. Além da limitação da carga horária o que dificulta debates mais aprofundados sobre certos temas na disciplina de Geografia. Para a professora Y, outros desafios evidenciados são:

> *Os maiores desafios é inserir todos dentro da discussão, uma vez que alguns ainda acham que quem tem "espaço de fala" é quem é negro, eu discordo completamente desse discurso e digo mais, enquanto todos não se derem as mãos a transformação não acontece. Eu supero enfrentando de cabeça erguida como faço na sociedade, se não abre a porta eu passo pela janela* (Professora Y– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

O enunciado da professora Y destaca o desafio de incluir "todos" na discussão sobre questões raciais, especialmente quando há a ideia equivocada de que apenas pessoas negras devem falar sobre. A sua postura de resistência e determinação ao enfrentar dificuldades, comparando a superação a passar pela janela quando a porta não se abre, evidencia que todas as pessoas, independente de raça, cor, etnia, podem ser antirracistas. Sobre esta questão o professor Z, aponta desafios, tais como:

> *A falta de material didático adequado, muitos livros e recursos não trazem a relevância desses temas no contexto geográfico. Superei porque sou um pesquisador da cultura ancestral, já que minha família é oriunda do Recôncavo da Bahia* (Professor Z– questionário respondido em 22 de outubro de 2024).

O professor Z destaca como um desafio a falta de material didático adequado sobre temas afro-brasileiros no contexto geográfico. Contudo, evidenciamos a sua relação às questões familiares e espaços de vivência que o permite fazer a integração das temáticas em sala de aula. Ao analisar os desafios para a integração das temáticas africanas e afro-brasileiras no conteúdo geográfico da escola em questão, percebemos o papel do professor de Geografia na desconstrução de estereótipos, a partir do entendimento da diversidade cultural do país e de como esses povos são peças fundamentais no processo de formação da sociedade. O professor Y ao citar a necessidade de trazer uma discussão para que os alunos enxerguem o outro na sua totalidade, e não apenas a cor da pele, corrobora com o Munanga (1986) que:

> Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza de feiúra como qualquer ser humano 'normal' (Munanga, 1986, p.32).

Desse modo, tal pensamento reforça a importância de uma educação que promova a compreensão da diversidade no espaço escolar, cabendo também à Geografia uma atuação que, independentemente da cor e da origem, haja o reconhecimento e o respeito por meio de práticas pedagógicas, projetos interdisciplinares e adoção de materiais pedagógicos que representem diferentes culturas e histórias, assim como a promoção de um ambiente inclusivo.

Portanto, mesmo com as reformas curriculares no ensino médio, que têm promovido um ataque à Geografia, é possível observar impactos significativos no ensino desta disciplina, sobretudo na postura e prática docente. No entanto, a implementação dessas reformas exige uma adaptação constante dos educadores, que precisam de formação continuada para tratar essas temáticas com profundidade, garantindo que a história e a cultura afro-brasileira sejam abordadas de maneira transversal e contextualizada no ensino de Geografia, garantindo práticas de ensino significativas para os alunos, conforme as propostas na seção a seguir.

Proposições didático-pedagógicas para trabalhar questões afro-brasileiras nas aulas de Geografia

Esta seção do trabalho tem o intuito de colaborar com práticas de ensino de Geografia que possibilitem estratégias de inserção da Lei 10.639/03. Elencamos aqui algumas proposições de práticas pedagógicas que surgiram durante o processo formativo e nas vivências acadêmicas no âmbito do curso de Geografia da UNEB, Campus IV, especificamente nos componentes curriculares Geografia da África, Geografia da América Latina, Políticas Educacionais, bem como nas experiências dos Estágios Supervisionados em Geografia III, IV, com regências nos ensinos Fundamental e Médio.

Tratamos da inserção das questões africanas e afro-brasileiras no ensino de Geografia como um exercício para pensar a África e sua importância no espaço brasileiro de forma ampliada, apresentando as mais diversas potencialidades, tais como as questões físico-naturais e sociais, como a construção do conhecimento por meio da produção científica e literária, utilizando linguagens, que permitam um olhar geográfico, tendo em vista as espacialidades contidas nessas ferramentas.

Destacamos como uma possibilidade para o ensino de Geografia na escola a utilização de recursos cartográficos para analisar questões físico-naturais e sociais. Nesse contexto, é possível trabalhar com mapas e gráficos, abordando a localização e a leitura de mapas, e relacionando-os com os conceitos de lugar e território. A análise pode

englobar, tanto os aspectos físico-naturais como relevo, clima e vegetação, quanto os aspectos sociais, como a distribuição populacional, a urbanização e os processos migratórios. Temáticas como a migração, a distribuição dos povos afro-brasileiros no território e a análise das populações tradicionais quilombolas, que ocupam uma significativa parte do país, também podem ser exploradas, principalmente com recursos cartográficos, proporcionando uma compreensão mais ampla das dinâmicas espaciais e das relações entre natureza e sociedade.

Segundo Anjos (2011, p. 262) [...] "não podemos perder de vista que um mapa não é um território, mas nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação do que aconteceu, do que está acontecendo e do que poderá ocorrer no território". Concordando com o autor, utilizamos no Estágio Supervisionado III em Geografia (que corresponde à regência do licenciando nas turmas de Ensino Fundamental), do curso de Geografia da UNEB, Campus IV, numa turma de 6º e 7º ano, correspondente à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, um mapa apresentado por Anjos (2014) em sua obra "ÁfricaBrasil: Atlas geográfico", o qual faz referência a localização aproximada dos territórios das comunidades quilombolas no Brasil. Inicialmente trabalhamos os elementos que compõem o mapa, como título, legenda, escala cartográfica, orientação e projeção, bem como os símbolos existentes nele. A atividade vivenciada foi apreciada pelos alunos sobretudo pelo título, pois foi possível fazer uma leitura e um comparativo da distribuição dos territórios das comunidades quilombolas e os seus locais de vivência, tendo em vista que alguns alunos moravam em um quilombo urbano na cidade de Jacobina, Bahia. Esta atividade permite a reflexão de que "O território quilombola é compreendido pelos sujeitos sociais quilombolas como o espaço necessário à reprodução cultural, religiosa, social, ancestral e econômica, sendo a base da organização social e da identidade cultural de grupos negros" (Cordeiro, 2020, p. 37).

Através da experiência de estágio em Geografia, identificamos como possibilidade de utilização do mapa para discussões das questões afro-brasileiras uma leitura dos lugares, das paisagens, de diferentes sociedades, a cultura e a distribuição dessa população, por meio da representação gráfica e dos elementos não visíveis do espaço geográfico.

Outra possibilidade para diversificar as práticas de ensino da Geografia, tornando-as mais atraentes, é a utilização da linguagem, por meio da música, a qual, segundo Nunes, Santos e Maia (2018, p.36), é um dos recursos utilizados pelos professores que:

> […] chama muito a atenção dos alunos […], suas letras e melodias ressaltam de diversas maneiras temas presentes no cotidiano do aluno ou aqueles que ajudaram a compor o cenário atual no qual os sujeitos estão inseridos. A música é um importante recurso no ensino de geografia pois tem um poder de penetração que une as várias culturas, diminuindo distâncias e diferenças.

Ao utilizar a música nas aulas, o aprendizado pode ser muito mais atraente e significativo, conectando a temática trabalhada em sala de aula com o dia a dia do aluno. Desta forma, propomos a utilização do rap, ritmo que faz parte da cultura do hip hop e que aborda em suas letras críticas socias e culturais como desigualdade, resistência e reflexões do espaço urbano, temas discutidos na disciplina de Geografia. Nos enunciados a seguir, encontram-se 3 letras de músicas do cantor, compositor e apresentador brasileiro Emicida, a primeira delas é intitulada *Mufete*, a segunda *Cananéia, Iguape e Ilha Comprida* e a terceira *Mandume*. As referidas músicas podem ser utilizadas para discutir alguns conceitos geográficos como lugar e território, além de diversos temas como urbanização, espacialização brasileira e africana, assim como questões cartográficas.

Vejamos um trecho da música *Mufete* a seguir:

> Rangel, Viana, Golfo, Cazenga pois
> Marçal, Sambizanga, Calemba2...
> [...] Logo somos reis e rainhas, somos mesmo
> entre leis mesquinhas vamos
> Gente só é feliz quem realmente sabe que a
> Àfrica não é um país ...
> Tá na cintura das mina de Cabo Verde e nos olhares
> do povo de Luanda. Tanta desigualdade, a favela os boy
> atrás de um salário uma pá de super herói.
> (Mufete, 2018. Composição: Leandro Roque de Oliveira (Emicida) - UBC, Marcos Jose Ferro Levy - Abramus.

Como podemos ver no trecho, a música *Mufete* de Emicida traz uma apresentação dos bairros periféricos de Luanda, é possível fazer uma análise a partir da cartografia ao compreender a localização desse país, que é uma terra dos antepassados brasileiros. É possível trazer discussões que ocorreram, tanto no âmbito do continente africano, quanto no Brasil, como é o caso da dominação dos países colonizadores, sobretudo por meio dos mecanismos de dominação, através das imposições culturais, dos processos racistas, antirracista, das opressões e resistências, como aponta Guimarães (2018). Já a música *Mandume* de Emicida propicia uma discussão em torno da população e dos povos tradicionais e a relação dos mesmos na preservação das terras ancestrais, evoca a discussão também a respeito dos fluxos migratórios, trazendo a diáspora africana e de como a mesma reconfigurou a identidade brasileira, por fim,

compreende como os povos africanos contribuíram no que se refere as questões ambientais por meio de uma herança e identidade cultural que inclui práticas sustentáveis e tradicionais, trazendo elementos da Geografia física e cultural.

Por conseguinte, concordamos com Castellar e Pereira (2024, p. 72), que o ensino de Geografia surge como " uma possibilidade para compreender o mundo em que se vive a partir das relações multiescalares: do local ao global, do mundo ao lugar, em diferentes temporalidades". Partindo desses pressupostos, e entendendo a música como um instrumento que auxilia o professor a mediar dos conteúdos geográficos, fazer essas conexões contribui com a formação do estudante, desenvolvendo capacidades múltiplas, sobretudo em conhecer o espaço em que se vive, fazendo reflexões e desenvolvendo repertório a fim de estabelecer diálogos críticos.

Vale salientar que, embora, tenhamos utilizado o rap como possibilidade para trabalhar a Geografia, tendo em vistas as experiências acadêmicas com o ritmo, é sabido que a linguagem musical é bastante ampla com sua diversidade de ritmos e canções, podendo ser utilizada uma variedade de músicas em sala de aula que podem despertar a curiosidade dos alunos e permitir uma conexão com novas culturas e tradições, além de um maior envolvimento no processo de aprendizagem.

Considerações finais

Esse artigo buscou analisar como os professores de Geografia do Ensino Médio trabalham a Geografia da África e abordam as contribuições dos povos africanos, na constituição da sociedade brasileira, visando promover uma educação geográfica mais inclusiva e antirracista, uma vez que, em tempos de reformas curriculares, o ambiente escolar enfrenta desafios para manter a centralidade de temáticas que promovam o reconhecimento das identidades diversas e combatam estereótipos históricos. A Geografia por sua vez, tem um papel significativo na promoção de uma educação inclusiva e na reflexão e reconhecimento das diversas identidades que forjaram esse país, desafiando os estereótipos e narrativas postas muitas vezes repletas de estigma.

Os resultados da pesquisa revelam que há limitação referente à inserção de temas relacionados a história e cultura afro-brasileira no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual de Tempo Integral de Serrolândia, causando uma disparidade entre o que se é apresentado no documento e as propostas pedagógicas que são realizadas em sala de aula, apontadas nas falas dos professores e alunos participantes da pesquisa. Dito isto, é

necessária a inclusão da temática no PPP, de forma efetiva, como referencial, e indicativo para práticas da docência, possibilitando abordar tais questões acerca da Lei 10.639/03, por meio de ferramentas metodológicas.

Verificamos que as reformas curriculares, especialmente o Novo Ensino Médio, têm tornado essa situação ainda mais desafiadora, sobretudo pela redução do espaço dedicado a temáticas essenciais para a formação cidadã e para o entendimento da diversidade cultural e histórica do país, daí a importância da revogação ou reforma da Lei do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Neste processo, cabe salientar a importância da formação continuada para os docentes de Geografia trabalharem a Lei 10.639/2003, permitindo que os mesmos tenham possibilidades de utilizar a temática com profundidade, ampliando os seus conhecimentos sobre a desconstrução do eurocentrismo no ensino e ampliem o desenvolvimento das práticas pedagógicas de maneira significativa promovendo uma educação geográfica que possibilite a sensibilização para o enfrentamento do racismo e discriminação no espaço escolar, tendo em vista que a Geografia pode enfatizar as relações sociais e espaciais, promovendo reflexões sobre as desigualdades e os impactos do racismo.

A Geografia, tem um papel significativo na promoção de uma educação inclusiva e na reflexão e reconhecimento das diversas identidades que forjaram esse país, proporcionando a ampliação de horizontes que desafiem os estereótipos e narrativas postas, muitas vezes repletas de estigma. A disciplina articula a noção de tempo-espaço, permitindo que os estudantes compreendam como as relações históricas e geográficas se entrelaçam, influenciando o desenvolvimento de diferentes sociedades.

Assim, é fundamental que as escolas e educadores desenvolvam estratégias que integrem essas discussões de forma transversal e interdisciplinar, garantindo que questões relacionadas à história e cultura afro-brasileira não sejam negligenciadas no processo formativo. Ao apresentar proposições didáticas para trabalhar questões afro-brasileiras nas aulas de Geografia, objetivamos contribuir com este trabalho a construção de práticas futuras que englobem em seus conteúdos as temáticas africanas e afro-brasileiras por meio das ferramentas metodológicas que dinamizam a construção de conhecimento além de contribuir com a efetivação da Lei 10.639/2003.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Francisco Moreira de; TELES, Fabricia. Pereira. Ensino de história da África e da cultura Afro-brasileira: lacunas entre leis e práticas na história da educação. **Revista vozes, Pretérito & Devir**, Piauí, v. XII, n. 11, p. 1-18, 2021.

ANJOS, Rafael. Sanzio Araujo dos. Cartografia da diáspora ÁfricaBrasil. **Revista da ANPEGE**. Brasília: v.7, n.1. p.261-274, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. ÁfricaBrasil: Atlas geográfico. **Mapas editora&consultoria Ltda**, Brasília, 2014, p. 104.

ARAUJO, Jurandir de Almeida. Movimento negro e intelectuais Negros(as): Agentes mobilizadores das políticas de ações afirmativas. **Revista Cocar**, v.14, n.3, p.1-17, set./dez, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9.394, de 20 dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n° 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília: Presidência da República, 2024.

CALLAI, Helena Copetti. Apresentação. *In*: CALLAI, Helena Copetti. (org). **Educação geográfica**: reflexão e prática. Ijuí: Ed. Unijuí. 1ª ed. 2011. Reimpressão, 2014. p.15-33.

CASTELLAR, Sônia Maria V.; PEREIRA, C. M. R. B. Geografia como conhecimento poderoso no currículo brasileiro e os fundamentos do raciocínio geográfico. *In*: COSTA, Carlos Rerisson Rocha da; ARAUJO, Mikael Rodrigues de; OLIVEIRA, Erivaldo Costa de. (Org.) **Currículo e ensino de geografia:** métodos, conceitos e metodologias na prática de ensino. Teresina: EdUESPI, 2024.p. 67-89.

CORDEIRO, Paula Regina Oliveira. Racismo e regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas da Bahia. **Revista ABPN**, v. 12, p. 32-53, 2020.

GALETA, Tatiana. A literatura do rapper Emicida como referência para uma educação antirracista. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, jan./jun., p. 1-35, 2024.

GIL, Antônio C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma. Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN),** *11*(Ed. Especi), p. 141–162, 2019. Disponível em:< https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687> acesso em: 02 out 2023.

GOMES, Nilma. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr., 2011.

GUIMARÃES, Geni F. A geografia desde dentro nas relações étnico-raciais. *In*: NUNES. Marcone D. dos Reis; SANTOS, Ivaneide S. dos; MAIA, Humberto C. A. (Orgs). **Geografia e Ensino:** aspectos contemporâneos da pratica e da formação docente. Salvador: Eduneb, 2018. p. 67-94.

MUNANGA, Kambele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

NUNES. Marcone D. dos Reis; SANTOS, Ivaneide S. dos; MAIA, Humberto C. A. Ensino de geografia: vários contextos e diferentes linguagens para a prática pedagógica. *In*: NUNES. Marcone D. dos Reis; SANTOS, Ivaneide S. dos; MAIA, Humberto C. A. (Orgs). **Geografia e**

Ensino: aspectos contemporâneos da pratica e da formação docente. Salvador: Eduneb, 2018. p. 25-44.

NUNES, Marcone Denys dos Reis; ARAÚJO, Joseane Gomes. Por uma abordagem socioeducacional dos discursos de currículo no contexto escolar. *In*: Rafael Straforini; Thiago Manhães Cabral; Jéssica Cecim; Anniele Freitas; Gustavo Teramatsu. (Org.). **Políticas educacionais e ensino de Geografia:** sentidos de currículo, práticas e formação docente. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 67-86.

PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro Republicano. *In*: DANTAS, Carolina. Viana.; MATTOS, Hebe.; ABREU, Marta Abreu. (Orgs). **O Negro no Brasil:** trajetórias e lutas em dez aulas de história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 99-106.

SANTOS. Renato Emerson dos. **Diversidades, espaço e relações sociais:** o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte. Autêntica. 2007.

Recebido em 21 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 29 de janeiro de 2026.